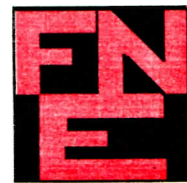


notícias da **FEDERAÇÃO**



JORNAL DA FNE
ANO IX - Nº 1 - JANEIRO/93
PREÇO : 100\$00 BIMENSAL

Directora: Manuela Teixeira

GREVE nas escolas

15 de Janeiro

**Contra a Degradação dos
Salários Reais**
**Contra a Alteração do
Regime de Aposentação**

**Pela Revisão da Lei da
Negociação da Função Pública**

Pelo Investimento na Educação



**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO**

**SPZN - SPZC - SDPGL - SDP Sul - SDP Madeira - SDP Açores - SPCL - SINDLEP
STAAE Norte - STAAE Centro - STAAE Sul e Regiões Autónomas**

Contra a degradação dos salários reais

O Governo, pelo segundo ano consecutivo, fixou unilateralmente os salários. Fê-lo impondo aos trabalhadores da Administração Pública actualizações salariais inferiores à taxa de inflação.

Em 1992, para uma inflação de 9%, as grelhas salariais apenas cresceram 8%.

Em 1993, para uma inflação prevista de 7%, as grelhas salariais sofrem um acréscimo de 5%.

Esta situação é insuportável e não é explicável

pela crise económica internacional, pelas posições assumidas noutros países comunitários ou pelas orientações emanadas de Edimburgo. Portugal que se bateu, com tanto êxito, por uma duplicação de fundos estruturais podia, também, ter-se batido por uma excepção no que se reporta às orientações salariais, numa Europa em que, aliás, as excepções são a regra!

De facto, os salários dos trabalhadores portugueses precisam de crescer a um ritmo

muito mais forte do que os salários dos trabalhadores dos outros países comunitários se Portugal se quiser aproximar dos seus parceiros europeus não apenas ao nível da inflação ou da dívida externa mas, também, ao nível das condições de vida.

A política do Governo em matéria de salários da Administração Pública está a tornar-se insuportável. Sobre isto estamos, certamente, todos de acordo... **Importa reagir!**

Pelo investimento na Educação

O Orçamento da Educação para o ano de 1993 é um Orçamento extremamente restritivo, o que não se coaduna com o enorme esforço que urge fazer para desenvolver o país.

Portugal tem de investir na Educação, no seu pessoal, nas suas instalações, nos seus equipamentos.

Investir no pessoal da educação é dar aos trabalhadores docentes e não docen-

tes condições de vida e de trabalho que lhes permitam enfrentar com sucesso os grandes desafios que se colocam à escola - desde o Jardim Infantil à Universidade.

Investir nas instalações e nos equipamentos é criar condições para que professores e alunos disponham dos meios necessários ao desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Ora tudo isto não é compatível com o Orçamento da Educação para 1993, nem com os atentados contra os legítimos direitos dos trabalhadores da Educação que o Governo nos quer impôr; atentados que se corporizam:

- na degradação do poder de compra dos salários

e

- na alteração, gravíssima, do regime da aposentação.

Greve nas Escolas e as razões

Contra a alteração do regime de Aposentação

Há vários anos pesa sobre as cabeças dos trabalhadores da Administração Pública a ameaça de uma alteração do regime de aposentação.

Todos os anos temos conseguido que o Governo assumira o compromisso de não alterar esse regime!

Inopinadamente - e usando a larga maioria de que usufruí no Parlamento - o Governo decidiu dar o primeiro golpe: foi aprovada na Assembleia da República uma alteração do Regime de Aposentação para os Trabalhadores da Administração Pública que possuam menos de cinco anos de serviço; estes trabalhadores passarão a

ter o mesmo regime dos trabalhadores do sector privado.

Que ninguém se iluda! Isto tem a ver com todos nós!

Não estamos a ver que o Partido que sustenta o Governo esteja preocupado hoje em preparar o Orçamento do ano 2023, ora a medida agora adoptada só tem repercursões daqui a 30 anos!

Esta alteração do regime de aposentação foi um balão de ensaio. Se não reagirmos, a partir daqui tudo é possível: desde aumentar o número de trabalhadores abrangidos por esta medida - de

cinco, para dez, quinze ou vinte anos de serviço - até congelar o valor das pensões!

O Governo, que não se preocupou em melhorar o regime de pensões dos trabalhadores do sector privado, decidiu cortar nas pensões do sector público!

Coberto pela sua maioria, o Governo prepara-se para tocar naquilo que mais caro é a cada um de nós: a garantia para a sua velhice!

Os Sindicatos só podem fazer frente a esta situação com o apoio total dos trabalhadores que representam.

É o futuro de todos nós que está em perigo!

Colega,

Temos que dizer claramente que não aceitamos esta situação, que estamos:

*contra a degradação dos salários reais,
contra a alteração do regime de aposentação,
pela revisão da lei da negociação da função pública,
pelo investimento na educação.*

No dia 15 de Janeiro,

FAÇA GREVE

PELA REVISÃO DA LEI DA NEGOCIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A forma como decorreram as negociações salariais para 1993 vem demonstrar que é urgente rever a lei da negociação da Administração Pública (decreto-lei 45-A/84 de 3 de Fevereiro).

Segundo esta lei, não só são limitadas as matérias que o Governo é obrigado a negociar com os Sindicatos da Administração Pública (Salários, Pensões e Segurança Social) como se **permite que o Governo negocie apenas o que quer, como quer e até onde quer, dando por terminado o processo negocial quando muito bem entende.**

Tudo isto acontece porque não é obrigatório a obtenção de qualquer acordo, crescendo ainda, que mesmo que Sindicatos e Governo cheguem a acordo, este vale apenas como recomendação. A lei limita-se somente a dizer que as negociações pressupõem vontade das partes

em alcançar um acordo mas, se este não for obtido, o Governo tem o direito de, unilateralmente dar o processo negocial por terminado e publicar a legislação que muito bem entender.

É mais do que tempo que os trabalhadores da Administração Pública, tenham os mesmos direitos que os restantes trabalhadores deste país.

Queremos que, aos trabalhadores da Administração Pública, sejam aplicadas as mesmas disposições legais de contratação colectiva que são aplicadas no sector privado e nas empresas públicas.

Temos que exigir que nas futuras negociações com o Governo haja mais garantias para os Sindicatos, de forma a que daí resultem verdadeiros acordos que obriguem efectivamente as partes.

Os trabalhadores da

Administração Pública pagam os seus impostos como quaisquer outros pelo que têm, também, que gozar dos mesmos direitos.

Vamos lutar pela alteração do decreto-lei nº 45-A/84 (lei da negociação) para dar credibilidade à negociação. Não nos queremos impôr ao Governo, mas temos que exigir da parte deste, o respeito que é devido aos trabalhadores da Função Pública representados pelas suas organizações sindicais.

Não queremos mais "conversas" com o Governo; queremos, sim, verdadeiras negociações, com garantias para os sindicatos conscientes de que só assim será possível produzir-se a necessária reforma a todos os níveis da Administração Pública (Saúde, Educação, etc...); reformas que sirvam os objectivos de desenvolvimento do País como todos pretendemos.

15 de Janeiro - greve nas Escolas

ESCLAREÇA-SE. ESCLAREÇA OS SEUS COLEGAS. PARTICIPE